

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO  
RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA EVE E  
EVE LTDA EPP RELATIVO A INABILITAÇÃO NA  
SUBÁREA “EFICIENCIA ENERGÉTICA” NO  
PROCESSO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO  
DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS  
DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA NR 01/2018 –  
SEBRAE/MT.**

A Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital, prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **EVE E EVE LTDA EPP**.

## **1. DO RECURSO**

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **EVE E EVE LTDA EPP** contra sua não Habilitação em uma das subáreas propostas, qual seja, “EFICIENCIA ENERGÉTICA” em Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT. O recurso foi recebida tempestivamente em 16/11/2018, via e-mail.

A recorrente **EVE E EVE LTDA EPP**, alegou em apertada síntese:

1. Que os atestados de capacidade técnica apresentados correspondem ao certificado de instalação elétrica na Inglaterra. Que o diretor técnico da empresa Sr. Laurie Eve, engenheiro responsável, possui mais de 350 projetos concluídos. Que este certificado apresentado possui todas as informações detalhadas referentes a instalação fotovoltaica. Que as horas dos projetos/certificados são respectivamente:
  - instalação de 250kWp = 303 horas;
  - instalação de 50kWp = 208 horas, e que totalizam 511 horas.
2. Pede revisão e correção da inabilitação.

É o relatório.

## **2. DO JULGAMENTO**

### **2.1 - PRELIMINARMENTE**

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

*“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”*

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidos daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

## 2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Em que pese a solicitação enviada ao representante da empresa, verificamos que o mesmo não cumpriu com as exigências editalícias no tocante de apresentação do item 3: **Enviar Atestados traduzidos e validados dentro do prazo estipulado para saneamento**, qual seja até 06/11/2018. Alegou a seguinte informação:

*“OS ATESTADOS EMITIDOS NA INGLATERRA, NÃO POSSUEM INFORMAÇÕES SOBRE CARGA HORÁRIA E PERÍODO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS, ENVIAR ATESTADOS TRADUZIDOS E VALIDADOS. NA INGLATERRA AS EMPRESAS NÃO EMITEM TAIS ATESTADOS COM CARGAS HORARIAS.”*

Nota-se que os documentos apresentados e contidos no processo de habilitação são quatro (04) Atestados de Capacidade Técnica, emitidos pela empresa Ferraz Energética – Eve e Eve Ltda EPP para si mesma Eve e Eve Ltda EPP. Apresentou também um documento com o título “PV Commissioning tests sheets”, contendo 26 páginas e “G83/1 Installation Commissioning confirmation form” da “Source Renewable Energy Generation”, contendo quatro (04) páginas. Todos em inglês, com apresentação de documento em língua estrangeira, dificultando a leitura e sua consequente avaliação.

A entrega da documentação traduzida, pela empresa, ocorreu somente em 16/11/2018, já na fase recursal, de forma parcial ao total dos documentos apresentados. No entanto, a apresentação intempestiva é vedada, pois eventual inclusão de novos documentos – “Project Resource Report” fere o princípio da igualdade entre os licitantes.

Não detectamos na documentação apresentada, as evidências de elaboração de projetos para o sistema fotovoltaico, ou seja, consultoria na subárea requerida. No Brasil, a fim de comprovação, além do Atestado de Capacidade Técnica, é solicitado a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitido por órgão responsável pela categoria de engenharia – CREA. Os atestados/certificados emitidos na Inglaterra, deveriam ser validados por órgão ou entidade responsável pela categoria de engenharia. Evidenciamos ainda que, a inclusão de documentos que entendemos ser intempestivos, não serão analisados.

Os dois (02) Certificados de Instalação apresentados, Certificados e Atestados de Instalação ou execução de serviços em engenharia não atende o escopo do Edital que compreendem a atividade de consultoria.

No entanto, em que pese a solicitação enviada pelo representante da empresa. Verificamos que o mesmo não cumpriu com as exigências editalícias no tocante de apresentação dos documentos necessários que comprovem a experiência requerida conforme descrição dos requisitos contidos no Anexo I.

Em razão do exposto e não havendo motivos que justifiquem a retificação da decisão de não habilitação da empresa recorrente, esta Comissão de Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital do SEBRAE/MT **recomenda** à Autoridade Competente considerar IMPROCEDENTE o recurso acima analisado, pelas razões expostas.

Cuiabá/MT, 28 de novembro de 2018.

Comissão Responsável pela Avaliação e Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital SGF 01/2018:

*[Documento original assinado no processo]*  
**Zaira de Melo Pereira**  
Presidente da Comissão

*[Documento original assinado no processo]*  
**Jonilson Anelli**  
Membro da Comissão

*[Documento original assinado no processo]*  
**Adriana Rodrigues da Silva**  
Membro da Comissão

Em 28 (vinte e oito) de novembro de 2018, eu Diretor Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **IMPROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **EVE E EVE LTDA EPP**, adotando os fundamentos expostos pela comissão, **mantenho a decisão quanto a não habilitação da empresa.**

Cuiabá – MT, 28 (vinte e oito) de novembro de 2018,

*[Documento original assinado no processo]*

**JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO**

**Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso**